

077ª SESSÃO ORDINÁRIA 20AGO2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar sobre as Redes de Leitura – Rede de Bibliotecas Comunitárias de Porto Alegre, trazido pela Cirandar.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Graça Bernardes, gestora da Biblioteca Comunitária do Cristal; a Sra. Márcia Cavalcante, Coordenadora de Desenvolvimento Institucional da ONG Cirandar.

A Sra. Graça Bernardes está com a palavra.

A SRA. GRAÇA BERNARDES: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras desta Casa; autoridades presentes; amigos, temos a satisfação de apresentar as Redes de Bibliotecas Comunitárias de Porto Alegre fundada pela ONG Cirandar em 2008. Essa organização teve como objetivo propagar, nesta Capital, uma rede que estimula a prática e o prazer de ler, além de proporcionar formação de mediadores de leitura.

É com satisfação que a rede traz ao conhecimento dos senhores um trabalho em busca da valorização, neste Período temático de Comunicações, através de iniciativas de uma grande equipe que valoriza a cultura em nossa Cidade, para estender, em diversas regiões e organizações de Porto Alegre, espaços de leitura àqueles que não têm acesso a bons livros para aprimorar os seus conhecimentos. Esse deve ser o caminho evolutivo que a cidadania almeja atingir. Vale lembrar e exaltar a dedicação e o esforço com que esses agentes participantes das bibliotecas comunitárias, sejam técnicos ou voluntários, vêm perseguindo o seu objetivo. Assim, vêm às bibliotecas comunitárias, a exemplo do apoio recebido por entidades associativas de caráter voluntário, como associações de bairros, clubes de mães, entidades religiosas, etc., que lutam cotidianamente por maiores condições de razoável espaço e sobrevivência financeira. Neste momento, quer contar com decidido apoio desta Câmara de Vereadores no sentido de articular e firmar

compromissos como os já conquistados por ocasião da aprovação do Plano Municipal do Livro e da Leitura e do Plano Municipal de Cultura e suas adequadas emendas, inclusive aquela que eleva os percentuais orçamentários para a cultura.

Relacionamos aqui as seguintes bibliotecas comunitárias: Aninha Peixoto, Zona Norte, bairro Santa Rosa; Arquipélago, Zona Norte; Ilha Grande dos Marinheiros; Arvoredo, Zona Leste, Vila Mapa; Ceprimoteca, Zona Norte, bairro Santa Maria Goretti; Chocolatão, Zona Leste, Vila Chocolatão; Cristal, Zona Sul, bairro Cristal; Ilê Ará, Zona Leste, Morro da Cruz; Jardim Ipiranga, Zona Norte, Vila Ipiranga; Visão Periférica, Zona Leste, Vila das Laranjeiras. Por tudo isso, buscamos a conscientização dos Srs. Vereadores no apoio a essas bibliotecas comunitárias. Muito obrigada.

Apresentamos agora um vídeo que conta um pouco da história das bibliotecas comunitárias.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

A SRA. GRAÇA BERNARDES: Passamos a uma apresentação muito especial das crianças da Biblioteca Chocolatão e da Biblioteca Arquipélago.

(Procede-se à apresentação do grupo musical.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Sra. Márcia Cavalcante, Coordenadora de Desenvolvimento Institucional da ONG Cirandar, está com a palavra.

A SRA. MÁRCIA CAVALCANTE: Boa tarde a todos os Vereadores e a todas as Vereadoras. Boa tarde a todas as pessoas que está na plenária, enriquecendo esta nossa tarde.(Palmas.) Vieram de longe, organizaram a sua agenda para estarem conosco.

Nós começamos esse trabalho em 2008 na Biblioteca Comunitária Ilê Ará no Morro da Cruz; hoje somos nove comunidades, espalhadas pela Cidade. Muitos sonhos, muitas articulações, muitas lutas, muitos desafios de todas as entidades que gerenciam todos esses espaços.

Atualmente, em cada uma das nossas bibliotecas comunitárias, são emprestados, em média, 250 livros por mês; 400 livros são lidos em cada um dos lugares, através de

consultas e pesquisas. Em cada uma das nossas casas, das nossas bibliotecas são realizadas, aproximadamente, 30 rodas de história e atividades culturais por mês; ao todo, por ano, atendemos mais de 10 mil pessoas, entre atividades de pesquisa, leitura e promoção da arte e da cultura com outras linguagens artísticas. As nossas bibliotecas, senhoras e senhores, não são espaços cinzas com livros velhos; são espaços vivos, como vocês puderam ver no vídeo e como viram aqui, com a roda de poesia com as crianças; são espaços onde a cultura local, as culturas das comunidades são evidenciadas, e os conhecimentos que estão fora das nossas comunidades chegam como prioridade. Acreditamos na leitura como um direito humano; acreditamos que a leitura amplie a visão de mundo, construa o pensamento crítico e nos torne cada vez mais humanos.

Reconhecemos a força do trabalho comunitário e acreditamos que a periferia de Porto Alegre, sim, é leitora. Porto Alegre é uma cidade com aproximadamente 1,4 milhão de habitantes, mas os investimentos na área da leitura, infelizmente, não correspondem à dimensão da nossa Cidade. O Programa Adote um Escritor, dirigido às escolas municipais, tem um investimento de aproximadamente R\$ 800 mil. A nossa Feira do Livro, a principal feira do livro em área aberta da América Latina, levará somente R\$ 200 mil neste ano. O Plano Municipal do Livro e Leitura, conquistado com tanta luta por esta Cidade e aprovado aqui por esta Casa, tem, hoje, um investimento muito aquém do que a nossa Cidade merece. A única emenda parlamentar, única emenda empenhada, da Ver.^a Fernanda Melchionna, está contingenciada no valor de R\$ 100 mil. Nós temos R\$ 60 mil, aproximadamente, sendo que desse valor, apenas R\$ 5 mil já foram liberados. As nossas bibliotecas, para se manterem vivas, precisam de aproximadamente R\$ 150 mil reais no ano, e Porto Alegre está investindo em torno de R\$ 160 mil na área do livro e leitura, se nós desconsiderarmos o investimento da Feira do Livro e o investimento do Adote um Escritor.

Nós estamos aqui porque a Casa do Povo é a nossa casa; nós colocamos os nossos Vereadores, elegemos vocês e acreditamos que vocês devem fazer e fazem isso, nos representam muito bem, mas precisamos do apoio de vocês para que continuemos fazendo a nossa parte. O que vocês viram no vídeo, nas crianças e nas nossas duas falas é um pedaço do que fazemos.

Estar nesta tarde aqui é um momento de muita alegria, de muita celebração. Agradecemos ao Ver. Alberto Kopittke, que se dispôs a nos emprestar este lugar, dividi-lo com vocês. Mas nós queremos, Vereadores e Vereadoras, dividir com vocês esta responsabilidade. Todo este trabalho é feito, neste momento, sem investimento público. As nossas bibliotecas, exceto a Biblioteca Comunitária do Arquipélago, que foi investimento do Plano Municipal do Livro e Leitura, todas as demais são investimentos do Instituto C&A, um grande parceiro, que já aponta o redimensionamento das suas atividades para outra área no ano que vem.

Então, nós estamos aqui, Ver. Alberto Kopittke, Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver.^a Mônica Leal, para dizer que estamos à disposição para continuar fazendo o nosso trabalho, mas queremos saber o que vocês farão pelas bibliotecas comunitárias da cidade de Porto Alegre. Acreditamos em vocês, queremos que vocês estejam conosco para que estejamos juntos, construindo uma cidade mais leitora. Mais investimentos, mais atenção para que, de fato, a gente possa garantir que Porto Alegre, no que se refere à leitura, ao livro e à literatura, esteja à altura de seu povo, à altura da beleza da nossa Cidade e da grandiosidade dela. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em nome dos Vereadores Guilherme Socias Villela, João Carlos Nedel e Kevin Krieger eu fiz questão de utilizar esta tribuna e parabenizar a ONG Cirandar, que, desde 2008, promove a leitura através de bibliotecas comunitárias situadas em associações comunitárias, em instituições sociais nas comunidades de periferia de Porto Alegre, com o projeto Redes de Leitura. Como leitora assídua, como jornalista, Vereadora e ex-Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul, eu faço questão de chamar a atenção para esse instrumento de formação e transmissão de conhecimento tão antigo e tão necessário a todos nós, que é o livro. O livro deveria estar nas mãos de todas as crianças e jovens, nas prateleiras de todas as casas, em quantidade nas escolas, para que o seu poder de despertar a criatividade, o imaginário e a reflexão fosse diário e permanente. Acredito que para

conquistarmos uma sociedade com mais educação e qualidade de vida é preciso que sejam alcançadas ferramentas para seu desenvolvimento social e cultural, e os livros, consequentemente o hábito da leitura, estão entre elas. Mesmo com as novas tecnologias - aqui fala uma usuária dessas novas tecnologias - e ameaças de fazer o livro migrar para o mundo eletrônico, para mim, nada, mas nada mesmo vai substituir o cheirinho do papel, a contemplação de uma bela capa, a relação que cada pessoa estabelece com o seu exemplar, os lugares onde gosta de ler e guardar seus livros.

Eu queria fazer uma parada e mencionar a fala da Márcia Cavalcante em que ela citou as dificuldades, a falta de investimento, a necessidade dos livros; saiba, Márcia, que eu, quando Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, também enfrentei essa dificuldade, me doía muito, porque eu tinha pleno conhecimento da importância do instrumento livro, do despertar do imaginário, de chamar para a reflexão. Então eu compreendo essa tua preocupação, mas isso é no Brasil inteiro, não é na cidade de Porto Alegre. As pessoas não se dão conta do poder deste instrumento, da ferramenta que é o livro.

Então eu fiz questão de utilizar esta tribuna, lendo. Fiquei impressionada com o trabalho de vocês, com as rodas de história, com os encontros com escritores, os empréstimos de livros, pesquisas e consultas locais, cinema, artesanato, música, teatro, mediações de leitura com crianças, jovens, adultos, idosos; mediações de leitura com escolas da comunidade, malas e sacolas de livros para a família. Eu chego aqui na tribuna, em nome do Partido Progressista, cumprimento mais uma vez o meu colega Ver. Kopittke pela maravilhosa ideia que teve de trazê-los e compartilhar conosco, coloco-me à inteira disposição como Líder do Partido Progressista, desejo sucesso a esse projeto da ONG Cirandar, e que muitas, mas muitas outras bibliotecas comunitárias possam integrar essa Rede. Contem com a minha pessoa, como jornalista, cidadã e Vereadora para ajudá-los. A minha porta estará sempre aberta. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Comunicações.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Meus caríssimos e prezados jovens alunos, futuro deste País, desta Cidade, não acredito que algum Parlamentar possa não se somar a essa corrente de apoio a todos vocês. Com certeza, todos nós estaremos nos somando e apoiando, cada um do seu jeito, ou seja, vocês têm nesta Casa o apoio merecido.

Presidente e sempre Prefeito Villela, às vezes nós precisamos entender por que as instituições têm ou enfrentam algumas dificuldades. Talvez fosse interessante para um melhor debate aqui as devidas justificativas do governo em relação a essas dificuldades, porque, senão, fica muito vago. E eu não sou daqueles que fazem o discurso fácil; eu assumo, trago para mim, também, as responsabilidades. Eu fico me perguntando o que será que está havendo, porque um raciocínio minimamente inteligente nos leva a acreditar que o futuro está na educação dos nossos filhos, dos nossos jovens. O Jornal do Comércio de hoje (Mostra jornal.) traz: “Polícia Federal alerta sobre a prevenção ao uso de drogas”, e vejo um agente da Polícia Federal numa sala de aula palestrando para os alunos, mostrando o quão difícil será se houver o descaminho, porque vivemos hoje no mundo da competição. Temos o mundo do mal, que investe em divulgar o vício, o uso de drogas, e aqueles que estão a defender. E agora é um momento que não dá para esconder: nós precisamos medir forças – o mundo do bem com o mundo do mal. Nós temos que assumir isso, não tem como ser diferente, e os governos precisam estar atentos.

E vou trazer um registro: há poucos dias estávamos debatendo – por que esta Casa está fazendo uma CPI que investiga a aplicação de recursos públicos no Acampamento Farroupilha –, e houve alguns comentários aqui sobre verbas do Município da Secretaria Municipal da Educação. Houve alguns questionamentos, e eu particularmente me contive, porque precisamos, primeiro, entender várias situações. Durante o período do acampamento, são milhares de crianças que visitam o acampamento e que recebem ali todas informações, que são extremamente importantes e necessárias para formação, uma oportunidade de o jovem conhecer um pouco de nossa história. Na mesma linha... Aí tenho resistência, vamos enfrentar isso, porque chega o momento na vida política em que os homens públicos precisam ter lado, efetivamente ter lado. Aqui, todos sabem que eu não sou da oposição, nem da situação, sou das questões que eu acho que tenho que ser. Mas, neste caso, eu tenho lado: eu não aceito que se invista dinheiro público, R\$ 240

pág. 6

mil... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu não aceito, não admito e quero discutir mais isto: que o Governo aplique R\$ 240 mil para o Orçamento Participativo participar do Acampamento Farroupilha. Eu não aceito isso, vou lutar, serei derrotado, olhando na cara dos meus vencedores – se é que dá para se considerar que há vencedores e vencidos numa causa dessas. Eu não aceito, eu não aceito! Até porque os festejos se prestam para duas coisas básicas: reverenciar a Revolução Farroupilha e os usos e costumes do povo gaúcho. Eu não aceito, Sr. Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, boa tarde a todos e a todas, nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro. Saúdo aqui as nossas duas representantes da Rede de Bibliotecas Comunitárias: Graça Bernardes e a querida amiga Márcia Cavalcante – é uma alegria e emoção encontrá-la aqui, nós participamos juntos, no início da nossa formação política, do movimento estudantil na PUC. A Márcia sempre foi uma lutadora no centro acadêmico da Assistência Social da PUC e nunca abriu mão de sonhar ou deixou de acreditar numa utopia de uma sociedade com mais solidariedade. Através do livro, a Márcia escolheu a sua arma de luta por essa utopia. Saúdo aqui todos os convidados da Rede de Leitura que estão aqui, boa tarde a todos; boa tarde, todas as crianças e adolescentes aqui, os nossos gestores das bibliotecas, os oficineiros que estão aqui, todos os que nos assistem pela TVCâmara. Eu venho aqui me somar, de forma humilde, às iniciativas que a Ver.^a Fernanda Melchionna já tem tomado ao longo do seu mandato, nessa pauta, desde a criação do Plano Municipal do Livro e Leitura até as emendas. Eu também quero, desde já, disponibilizar a minha modesta ajuda aqui. Acho que podemos nos unir – vários Vereadores aqui – para garantir emendas, (Palmas.) para que esse projeto não morra, uma vez que o financiamento privado está por se esgotar. E isso torna a situação das nossas bibliotecas comunitárias ainda mais urgente, e nós ainda não tivemos a estruturação de um financiamento público disso que, na minha opinião, deveria ser uma das políticas públicas prioritárias.

E onde eu me inspiro para dizer isso? Eu comecei a trabalhar com segurança pública e a questão da violência conhecendo a experiência de Bogotá, uma cidade grande que vivia uma grande epidemia de violência. Só para vocês terem uma ideia, eles tinham cinco vezes mais homicídios, proporcionalmente, do que Porto Alegre tem hoje. A sede da polícia deles foi explodida na guerra que eles tinham lá. E sabem como eles venceram a violência? Espalhando bibliotecas pela cidade. Em Bogotá, são as biblioparques, que hoje são conhecidas mundialmente, porque elas se tornaram o grande equipamento público que a Prefeitura botou nas regiões de periferia. E ali, através das bibliotecas comunitárias, se construíram programas para disputar cada jovem da cidade. E hoje essa cidade tem menos da metade dos homicídios que nós temos em Porto Alegre.

Eu acho que é muito importante a gente ter isso como inspiração, porque, infelizmente, este será o ano em que nós vamos perder mais jovens – vítimas da violência – da história de Porto Alegre. Serão, aproximadamente, até o final do ano, mais de 500 jovens assassinados, que nós vamos perder. Jovens iguaizinhos a vocês, mas que talvez não tiveram, no momento certo, o acesso ao livro, a uma revistinha, a uma história para poder sonhar. O que o livro faz é nos abrir a imaginação para além daquele local aonde a gente vive e poder sonhar com o mundo. Eu comecei sonhando, lendo Monteiro Lobato, O Sítio do Picapau Amarelo, juntos com os personagens Narizinho e Emília; Os Doze Trabalhos de Hércules e tantos outros livros, e continuo sonhando até hoje com a construção de uma cidade sem violência. Se meu colega, Marcelo, sonha, por exemplo, com a bicicleta para a mobilidade, eu sonho com o livro para vencer a violência. Enquanto, ontem à noite, passou na Câmara, a redução da maioria penal, acho que nós tínhamos que estar aqui ampliando as bibliotecas, difundindo a leitura, a cultura. É assim que vamos ganhar a nossa juventude, e não enchendo os presídios. (Palmas.)

Então, quero parabenizar a luta de vocês, o trabalho dessas nove bibliotecas, desses nove faróis da esperança que temos em Porto Alegre. E que possamos continuar juntos sonhando com uma cidade em que não se perca mais nenhum jovem; que tenhamos livros espalhados por todos os cantos, que o coração de todos esteja aberto como os livros fazem para nós sonharmos com uma sociedade melhor. Parabéns pela luta de vocês e vamos seguir juntos pelo livro, pela leitura e pela paz. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, queria cumprimentar a Márcia Cavalcante e a Graça, e nas suas pessoas cumprimento cada um dos ativistas, monitores, educadores sociais que nós temos em cada uma das nove bibliotecas da Rede de Leitura, organizada pela ONG Cirandar, que eu tenho o prazer de conhecer o trabalho, a seriedade e, sobretudo, a diferença que cada uma dessas bibliotecas faz dentro da comunidade. Lugares em que, muitas vezes, a prestação dos serviços públicos e a presença do Estado, infelizmente, não ocorrem, seja na cultura, seja nas dificuldades que enfrentamos nas nossas escolas, seja nas políticas de lazer para a nossa juventude. Nós vemos a diferença que faz a presença de uma biblioteca, Prof. Alex Fraga, em cada uma dessas comunidades. Quero cumprimentar também o Ariton, que, além de ativista da Biblioteca Aninha Peixoto, é Líder comunitário que luta muito pelo povo da Santa Rosa e da Zona Norte; a Jaqueline, a Renata, nossa Coordenadora do Plano Municipal do Livro e da Leitura; cumprimentar o Guimarães, do Conselho Municipal de Cultura; e, na pessoa de vocês, cumprimentar cada um, e há vários ativistas das nossas lutas, dos nossos megafones, dos nossos “livraços” para conquistar o Plano Municipal do Livro e da Leitura.

Quero dar um exemplo, Ver. Reginaldo Pujol, que sempre apoiou as iniciativas da Frente Parlamentar do Livro e da Leitura, da diferença que faz dentro da comunidade essas bibliotecas. Poderia pegar o exemplo da comunidade do Chocolatão, poderia pegar o exemplo de muitas, mas podemos pegar o da Ilê Ará, que muitas vezes funcionou como uma política de leitura concreta junto às escolas municipais e estaduais da região, diante da infelicidade dos governos, de uma dívida histórica com o livro e com a leitura. Nós temos, no nosso Brasil, uma das menores taxas de leitura do mundo, e isso não é pelo nosso povo. Prestei muita atenção à fala da Márcia e concordo plenamente; não é que o povo não goste de ler, é porque muitas vezes o livro e a leitura não chegam ao cotidiano das pessoas. Nós temos poucas bibliotecas públicas, nós temos bibliotecas que muitas vezes funcionam em horário comercial, 50% das escolas do Estado funcionam sem biblioteca escolar, nós temos falta de profissionais. Há 20 anos não abre concurso para bibliotecário na rede estadual. E neste contexto, as bibliotecas comunitárias cumprem um

papel fundamental, que é o da democratização do acesso ao livro e à leitura em lugares que muitas vezes, se não houvesse o trabalho de vocês, caberia ao povo pegar um ônibus, atravessar a Cidade, gastando R\$ 6,50 para ir atrás de um livro.

Infelizmente, sabemos que essa não tem sido a prioridade dos governos e nem prioridade no que diz respeito ao conjunto das políticas públicas. É por isso que tanto a luta comunitária, a luta da ONG, a luta das bibliotecas quanto a luta do povo, da mobilização em todas as esferas é o que pode garantir e transformar em política de Estado as políticas do livro e da leitura, para que não seja uma política implementada hoje e, amanhã, muda o governo e acaba determinada política de leitura, para que não fiquemos estacionados, vendo não só não avançar as políticas de leitura no Município e no Estado, como vendo o seu retrocesso. É por isso que nós estamos pedindo - já falei antes da reunião com os Vereadores e com o Ver. Alberto Kopittke, proponente da quinta temática, para a Comissão de Educação, falei com o Presidente da Comissão, em nome da Frente Parlamentar de Incentivo ao Livro e à Leitura - uma audiência na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, que foi de onde, Ver. Reginaldo Pujol, surgiu a primeira audiência pública do Plano Municipal do Livro e da Leitura, lá em 2011, onde conseguimos transformar essa bandeira histórica das bibliotecas comunitárias, dos bibliotecários, dos artistas, dos escritores, no Plano Municipal da cidade de Porto Alegre, construído democraticamente com a comunidade e como parte de uma conquista de gente que luta e sonha. E esse Plano, conquistado com muita luta, precisa de recursos para ser efetivado. Não pode ser que a única emenda... aliás, foram duas emendas, Márcia, que nós aprovamos na Câmara, uma de R\$ 50 mil e outra de R\$ 100 mil para o ano de 2015 – a de R\$ 100 mil está contingenciada, Ver. Villela, Ver.^a Mônica Leal. O Governo não quer liberar emenda votada por esta Câmara para implementar as políticas de leitura no Município de Porto Alegre. Em segundo lugar, a ideia da nossa audiência, além da prestação de contas e a busca para a execução desses recursos, é conquistar um orçamento melhor para o ano de 2016. Não existe política pública sem recurso. Nós não fizemos o Plano Municipal do Livro e da Leitura para que ele não saia do papel, e, para que e isso ocorra, é fundamental o empenho da Câmara de Vereadores. A Câmara, que foi fundamental na construção do Plano, que foi fundamental nas audiências, que foi fundamental, em todos os anos, na LDO, para aprovar emendas para o Plano Municipal do Livro e da Leitura, essa mesma Câmara de Vereadores será fundamental para garantir

pág. 10

que, no Orçamento de 2016, tenhamos, sim, recursos, e bastantes recursos, para garantir políticas públicas, para garantir o livro e a leitura, as bibliotecas comunitárias e públicas, e que possamos, de fato, efetivar Porto Alegre como uma Cidade mais leitora. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

O SR. REGINALDO PUJOL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.)
Acho que esta iniciativa de trazer a Rede de Bibliotecas Comunitárias de Porto Alegre para esta homenagem e participação na Tribuna Popular é extremamente positiva. A Ver.^a Fernanda, ao se manifestar, antecipou algumas coisas que estão em tratativas na Casa, em decorrência da sua iniciativa como coordenadora da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura da Câmara Municipal, já há uns 2 ou 3 anos, sempre com a nossa participação, e que neste ano, por circunstâncias, por polêmicas que a Casa viveu, de certa forma, retardou algumas das suas realizações. Mas já está assegurada a sua realização aqui com a brevidade devida. A reunião de hoje, inclusive, identifica uma situação extremamente preocupante que o Município está vivendo. É muito bom que a gente não perca de vista, Ver.^a Mônica, que Porto Alegre é Brasil e é Rio Grande do Sul, e eu não vou ficar enunciando a realidade econômico-financeira do País, sabidamente deplorada, nem tampouco a do Rio Grande do Sul, com os movimentos grevistas na rua por cobrança de salários e pronunciamentos nesta Casa, inclusive contrários ou favoráveis às medidas que estão sendo projetadas numa tentativa de superar a crise econômico-financeira. Porto Alegre não foge dessa realidade, daí esses reclamos justificados de contingenciamento de recursos que assolam com muita intensidade algumas áreas, e a cultura, infelizmente, está sendo uma das mais atingidas nesse particular. Nós não podemos nos deixar contagiar por um discurso político, e aqui ficarmos discutindo se gasta mais, se gasta bem ou mal, como se aplica na cultura, neste ou naquele setor, com o Orçamento Participativo ou fora dele. Nós temos que trabalhar dentro da realidade, e como hoje, ocasionalmente, eu me encontro respondendo pela Liderança do Governo da Casa, quero dizer à Ver.^a Fernanda que ela sabe que contará comigo, como aliado, para nós buscarmos descontingenciar, ao máximo, os recursos que

pág. 11

estão hoje contingenciados. E não é discurso de tribuna num dia festivo não! Eu, silenciosamente, com o testemunho dos colegas, nunca tenho faltado nesse particular e, mais uma vez, não faltarei. No mais, quero cumprimentá-las, acho que esse trabalho é meritório. Quanto mais nós descentralizarmos as coisas na cidade de Porto Alegre, melhor nós atingiremos os objetivos. As dez unidades, penso eu, que a Rede já tem hoje podem ainda se multiplicar muito mais, e tenho a mais absoluta certeza de que, por paradoxal que seja, nesta Casa não vai faltar apoio para as iniciativas, especialmente porque são solicitações, anseios, reivindicações corretas, legítimas, dignas de serem atendidas. E, mais do que isso, encaminhadas por pessoas que sabem fazer encaminhamento de reivindicações, lutando com garra, com disposição, com firmeza e, sobretudo, com inteligência. Num país em crise, nessa desgraça moral... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...que, infelizmente, este País está vivendo, mais do que inteligentes, nós precisamos ser criativos, porque a leitura nos ensina que o conhecimento nos leva a superar as grandes dificuldades. E nós haveremos de superar as dificuldades que, hoje, são grandes, fazendo com que a Rede de Leitura que as senhoras coordenam possa, com mais facilidade, atingir os seus objetivos, e não com tantas dificuldades como nos dias de hoje.

Sejam sempre bem-vindas a esta Casa. Saibam que a Tribuna Popular existe para isto, para ser a voz da reivindicação, a voz da reclamação, a voz de um alerta para a necessidade da intervenção dos Parlamentares em determinados assuntos. Contem conosco. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Queremos agradecer a presença de todos, agradecer o Ver. Alberto Kopittke pela escolha acertada que fez.

Quero lembrar aos Vereadores que, hoje, o nosso Prefeito Fortunati, Ver.^a Fernanda, estará entregando a LDO aqui, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E nós, Vereadores, poderemos trabalhar junto com essa Lei, para prever um orçamento, Ver.^a Mônica. Já que todos os Vereadores concordam com a importância da leitura e dos livros, podemos fazer o máximo de esforço aqui, junto com a Prefeitura, para aumentar esse orçamento dentro das possibilidades do Município, pois sabemos da dificuldade. Podem

contar com esta Casa! Faremos o possível para aumentar os recursos para a leitura, para o projeto Redes de Leitura, para a ONG Cirandar, para que possamos ter um melhor aproveitamento, principalmente, na nossa periferia, como o Ver. Alberto Kopittke bem colocou, até como combate à violência que assola o nosso Município.

Agradecemos a presença da Sra. Graça Bernardes, gestora da Biblioteca Comunitária do Cristal, e da Sra. Márcia Cavalcante, Coordenadora de Desenvolvimento Institucional da ONG Cirandar. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h13min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h16min) Estão reabertos os trabalhos.

Aprego a alteração de nome parlamentar do Ver. Pablo Mendes Ribeiro, que passa a ser chamado de Mendes Ribeiro.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Grande Expediente.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras; eu sigo na pauta do livro, da leitura e da cultura em Porto Alegre. E já quero agradecer, mais uma vez, ao Ver. Reginaldo Pujol pela sua disposição em nos ajudar na interlocução com o Governo; o Ver. João Bosco Vaz também já me disse que assina a nossa emenda para gravar mais recursos para o Plano Municipal do Livro e da Leitura. Conversei com o Ver. Alberto Kopittke no sentido de tentar garantir duas emendas em relação às políticas do livro e da leitura para o exercício do ano de 2016. Então, quero aqui, publicamente, falar desses apoios e da importância que tem essa questão de unificação em torno das pautas e das bandeiras em defesa do livro e da leitura.

Assim como nós, que acompanhamos a formação tanto da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura quanto a batalha por políticas públicas, sejam políticas públicas de Estado, no sentido da manutenção das suas estratégias e metas de descentralização, de democratização do acesso ao livro e à leitura, da formação de mediadores da leitura, uma

política bastante importante, também, da cadeia produtiva do livro e da leitura, que são os eixos que compõem tanto o Plano Municipal de Porto Alegre, como o Plano Nacional do Livro e da Leitura, que deveria ser replicado pelos Estados... Vocês sabem que esta política nasceu no ano de 2006, durante uma conferência entre a cultura e a educação, com a ideia de que os Municípios e os Estados fizessem esses planos com base nas diretrizes nacionais, mas incluindo as suas peculiaridades e, ao mesmo tempo, transformando numa política de Estado as ações vinculadas à leitura e à literatura.

Nesse espírito, nós conseguimos, aqui em Porto Alegre, fazer um processo bastante democrático, que esteve nas comunidades, que fez audiências nas 17 Regiões do Orçamento Participativo e audiências temáticas em cada um dos eixos propostos pelo Plano Municipal. Eu faço esse resgate porque esse Plano, para ser efetivado, precisa contemplar os quatro eixos que estão previstos, por isso que a democratização do acesso passa muito pelo trabalho das bibliotecas comunitárias. Se nós pensarmos em política de desenvolvimento do livro e da leitura, nós temos que pensar, certamente, no papel que cumprem essas bibliotecas num dos eixos mais importantes do Plano Municipal, que é a questão da democratização, e na possibilidade de oferecer espaços de leitura nas periferias da nossa Porto Alegre. Assim como a questão da cadeia produtiva, e um dos editais que foi lançado pelo Comitê Gestor do Livro e da Leitura é a questão da publicação de livros, um edital que todo mundo pode, evidentemente, se inscrever, o edital fica aberto até o dia 25 de agosto... Vai ter um critério de seleção com jurados, especialistas na área, para escolher as melhores publicações, e as melhores publicações vão ser editadas e publicadas pelo Plano Municipal do Livro e da Leitura. Esses recursos vão ser liberados. Mas a minha outra emenda, de R\$ 100 mil, é para as bibliotecas escolares, para que elas possam comprar equipamentos. Aliás, não é uma emenda só minha, é uma emenda do conjunto dos Vereadores que assinaram e fizeram esse movimento junto conosco no ano passado – computadores, equipamentos que ajudem no processo de leitura, reformas, adaptação das bibliotecas escolares, as gurias, o comitê gestor.

Foi apresentado um projeto para liberação desses recursos, e está contingenciado até gora. Então, eu acho que esse movimento da Câmara é muito importante para a descontingenciamento. Mas, por outro lado, é importante que no ano que vem o plano municipal consiga contemplar os outros eixos. Neste ano, nós temos a cadeia produtiva e

a questão das bibliotecas escolares. No ano que vem, tem de se pensar como essa política do plano vai ajudar as bibliotecas comunitárias e como pode ter um papel fundamental na formação de mediadores da leitura. Para isso, nós – o Ver. Reginaldo Pujol já se comprometeu, o Ver. Alberto Kopittke – vamos pedir uma audiência na Comissão de Educação, Esportes e Cultura para discutir o conjunto das políticas.

E, por fim, seguindo esse meu pronunciamento em Grande Expediente, Presidente, nós também queremos falar aqui da importância da lei do artista de rua na Cidade de Porto Alegre, uma lei que foi construída durante todo ano de 2013 pela Comissão de Educação, Esportes, Cultura e a Câmara de Direitos Humanos, junto com a Prefeitura, junto com os artistas, que tem, no seu espírito, a ideia de garantir, por um lado, a liberdade artística, mas mais que isso: democratizar o acesso à cultura. E uma das coisas que mais me orgulha na Cidade de Porto Alegre é justamente a nossa diversidade cultural: são os artistas que embelezam o Centro da Cidade, os parques, as praças; é a música ao vivo, o teatro, a capoeira; são os pintores, os escultores, as nossas estátuas vivas que fazem parte do cotidiano dos nossos parques e praças. Nesta semana também viveu-se uma polêmica no que diz respeito à questão da tentativa, da minuta de um decreto que revia vários pontos da nossa legislação, colocando uma autorização de dez dias de antecedência, colocando um perímetro que não poderia ter equipamentos sonoros como percussão. Só que percussão são vários tipos de instrumentos, uma roda de capoeira poderia ser perseguida por essa lógica, ou mesmo uma bateria, que pode ter um som menor do que a de um violão, dependendo da intensidade e do volume. Um profundo desconhecimento musical, ao mesmo tempo, poderia colocar a perder toda uma construção democrática na Cidade de Porto Alegre. Nós, então, pleiteamos um GT na Comissão de Educação e Cultura. Hoje tem uma matéria em que o Vice-Prefeito fala da construção deste GT. Temos a certeza de que a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude vão ser chamadas para ser parte deste grupo de trabalho, e, mais que isso, de que os nossos artistas, que os nossos músicos, que os nossos ativistas do livro e da leitura também o serão, porque nós queremos as garantias de que a liberdade artística, a cultura e a arte sejam respeitadas na cidade de Porto Alegre e que a nossa Cidade possa ser valorizada e ser respeitada na questão das políticas públicas de cultura por um lado, mas, sobretudo, também da liberdade artística.

Um outro tema que me chamou muito a atenção foi a tentativa de impor que um músico que produz um CD autoral, que já sofre com as dificuldades de uma produção independente e que, infelizmente, enfrenta dificuldades do ponto de vista de políticas públicas para a gravação dos seus CDs, não pudesse garantir a exposição do seu CD autoral dentro das apresentações no Centro, nos parques e praças.

Nós não podemos aceitar uma lógica de tentar impor um alvará para que os músicos como o Geraldo, o Zé da Folha, a Bluegrass, como uma série de bandas, de artistas, de músicos, como o Mauro, o homem-banda e tantos outros ativistas da nossa Cidade possam expor a sua arte.

Estamos, por um lado, saudando a resistência dos artistas, a luta que foi feita do ponto de vista das redes sociais, mas, por outro lado, dizemos da importância de seguirmos atentos, mobilizados para manter a Lei do Artista de Rua e garantir que o espírito da lei seja preservado e a cultura e a arte sejam respeitadas na nossa Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, novamente subo à tribuna, neste momento em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, para saudar as mobilizações que estão ocorrendo hoje em todo o País, unificando as centrais sindicais, os movimentos sociais do campo, da cidade, vários partidos políticos em defesa, em primeiro lugar, da democracia do nosso País. Nós assistimos, no domingo, a uma manifestação, se, por um lado positiva, por ser uma manifestação de grande parte democrática, por outro lado, perigosa, porque também trouxe para as ruas vários segmentos que hoje apoiam explicitamente um golpe militar novamente no Brasil. Eu assisti, aqui no Centro, inclusive, a uma cavalcada de grupos apoiando a volta da ditadura militar. Várias fotos no Rio de

Janeiro defendendo inclusive que a Presidenta tinha que ter sido morta em 1964. Alguns até com bandeiras do Império, pedindo a volta da monarquia. Eu vi fotos de pessoas cercado um quartel general do exército cantando o Hino Nacional ajoelhadas pela volta da ditadura. Um segmento minoritário, é verdade; mas perigoso. Penso que todos aqueles que defendem a democracia têm que se preocupar, porque assim também começou, em outros momentos do País, de um momento minoritário e, assim, crescente o autoritarismo, inclusive engolindo aqueles que se diziam combater a revolução para instaurar um regime puramente autoritário. Mas essa é apenas a primeira pauta do movimento pela democracia que está acontecendo hoje no Brasil.

A segunda pauta é uma profunda reforma tributária no Brasil. Nós, em contraponto à agenda apresentada pelo Ministro Levy e pelo Presidente do Senado Renan Calheiros, queremos uma agenda Brasil, mas da justiça social. Não uma agenda que beneficie os bancos, os banqueiros, os megaempresários do País. Queremos uma agenda que redistribua riqueza e renda do nosso Brasil. Efetivamente o modelo de distribuição e crescimento do Brasil através dos programas sociais chegou ao seu limite e fez muito bem pelo o Brasil, o melhor momento de democracia, crescimento econômico e distribuição de renda dos nossos 515 anos de história. E, para seguirmos em frente, é preciso atacar a concentração de renda que existe no Brasil hoje, onde 71 mil pessoas, que representam 0,02% da população, detêm 25% da riqueza e do patrimônio do Brasil. E essa concentração, infelizmente – é verdade –, tem aumentado ano após ano. E eles pagam menos imposto do que a grande maioria da classe média brasileira. E isso é injusto, isso é o que atravanca o crescimento do nosso País. Por isso nós temos defendido uma agenda que regulamente a taxaço das grandes fortunas, que está na nossa Constituição Federal, está lá escrito e até hoje não foi regulamentada. Nós queremos aumentar a alíquota do imposto sobre grandes heranças, mas grandes mesmo, daqueles que vivem nos seus iates, que vivem na Europa, em Miami, desses que nós queremos aumentar a taxaço para que nós tenhamos justiça fiscal no Brasil.

Outro dia um guarda municipal me contou uma história, Presidente, e eu peço tempo para concluir essa pequena história. Ele me contou uma história muito correta: ele ganha em torno de R\$ 2.500, e a sua companheira, que é empregada doméstica e que agora tem direitos garantidos iguais aos dos outros trabalhadores, mais uma das conquistas que acaba suscitando a raiva de alguns setores do Brasil, ganha R\$ 1.200, e eles têm que

declarar imposto de renda, Ver. Bosco. E ele me disse: “Mas eu não tenho renda, eu tenho salário; no final do mês eu pago as minhas contas e zero o meu caixa – eu não tenho renda.” E ele não disse nada mais do que a verdade. A nossa estrutura tributária é injusta e sobretaxa a classe média, que ganha até 20, 30 salários mínimos...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Eu também sou contra ao aumento de impostos como está sendo proposto aqui pelo Governador Sartori, porque onera o comércio e o consumidor. Nós precisamos sair de uma matriz tributária, baseada no consumo, e passar para uma matriz, baseada na renda, assim como ocorre nos países desenvolvidos, porque, do contrário, cada vez que o nosso País cresce, alguns ficam mais ricos, e, cada vez que ele tem um problema econômico, esses mesmos lucram mais uma vez. E é isso o que nós estamos vendo agora quando o Bradesco e o Itaú têm o seu lucro aumentado em 22% no semestre. Mas como isso num país que está tendo problemas econômicos? Porque nós estamos com a nossa matriz tributária equivocada.

Nós também precisamos de uma auditoria da dívida. Nós precisamos saber quem são os donos da dívida pública. O Brasil é um dos poucos países democráticos do mundo em que os donos da dívida não são conhecidos, Presidente Mauro. A revista Carta Capital fez um pedido para o Ministério da Fazenda, perguntando quais eram as instituições donas da dívida pública brasileira, e o Ministério da Fazenda respondeu que não poderia informar por se tratar de sigilo fiscal. Só que todos os outros países da América, inclusive os Estados Unidos, e da Europa divulgam os donos da dívida pública. Eu quero saber quem leva 15% dos tributos do Rio Grande do Sul que a União recolhe, eu quero saber quem leva 1/3 do nosso PIB, Ver. Pujol, o senhor que é um liberal - eu sei que os liberais também se preocupam com a concentração de renda, pois isso também é um fato impeditivo da boa circulação da livre concorrência no mundo inteiro.

Então, por isso, nós temos que discutir esses assuntos. Algumas vezes, ficam colocando assuntos menores na pauta, como se fosse culpa, inclusive, de um ou de outro governante. E, vejam, apesar de eu estar na oposição ao Governo Sartori, e poderia estar questionando várias de suas atitudes, eu acho que temos que olhar um pouco mais fundo

para onde a riqueza do Rio Grande, do Brasil e do mundo inteiro está indo, porque isso não acontece só aqui: a Grécia auditou sua dívida e encontrou que os bancos alemães eram donos de metade da sua dívida, e que mais de um terço dos contratos da sua dívida eram ilegais; o cálculo de juros estava errado, um terço da dívida grega estava sendo roubada, Ver. Bosco. Quem sabe se a gente fizer uma auditoria, a gente não encontra um terço da dívida do Brasil também sendo usurpada. São assuntos importantes para todos aqueles que dizem lutar por um Brasil melhor e mais justo. Acho que a agenda que o Brasil precisa não é a que quer acabar com os direitos, com a terceirização, quer regulamentar a terceirização, acabar com a CLT, que diz que o problema do Brasil é que tem muitos direitos garantidos. Para nós o problema é combater a sonegação que leva cinco vezes mais do que a corrupção no Brasil. Na Operação Zelotes descobriu-se que aqui no Rio Grande do Sul duas das grandes empresas devem mais de R\$ 1 bilhão, mas nada é dito, não tem prisão provisória. Combatendo a sonegação de impostos, a concentração fiscal e a dívida pública, com certeza vamos construir uma agenda para um País mais justo e para o Brasil voltar a crescer imediatamente. Muito obrigado, e que a nossa democracia continue cada vez mais sólida, combatendo a corrupção e distribuindo renda como temos feito ao longo dos últimos dez anos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Vereador-Presidente, Mauro Pinheiro, sou obrigada a utilizar a tribuna depois do pronunciamento do meu colega, Ver. Kopittke. Não sei em que mundo o Kopittke vive, mundo ideal, não o real, porque ao que me consta, o Brasil teve no domingo, nas ruas da Capital – vou falar na minha aldeia -, e em todas as Cidades por este País a fora, a demonstração das mais consagradas expressões de cidadania. O povo brasileiro exteriorizou o seu sentimento de indignação com a situação política e econômica do Brasil, jamais vista na história deste País. Ora, o povo clamou pela condenação dos corruptos, ou alguém tem alguma dúvida disso? Não. Sejam os corruptos de que sigla for - é isso que o povo quer. O povo está cansado. Ora, eu não vi em momento algum o Ver. Alberto Kopittke falar que as manifestações levaram às ruas o

povo com esse sentimento, ora, o povo também criticou os desmandos do Governo Federal, reclamou que paga imposto de Primeiro Mundo e tem serviços de Terceiro Mundo, ou alguém tem alguma dúvida do que está acontecendo pelo Brasil afora, que isso virou uma terra de banguê-banguê, que não tem mais hora, não tem mais dia, não tem mais bairro, que as pessoas morrem por um celular, por um carro? Povo reclamou, e anotei aqui para economizar meu tempo e ser direta na fala do Ver. Alberto Kopittke, o povo foi às ruas, além de reclamar dos corruptos, dos desmandos desse Governo Federal, reclamou que não tem plano de saúde, que não tem saúde nenhuma. Temos que pagar tudo, educação, plano de saúde, é uma vergonha. O Brasil já tem pena de morte, senhores, as pessoas morrem nas filas, ou alguém tem alguma dúvida sobre isso? Ora, os brasileiros indignados deram o recado para a Presidente Dilma, para o seu partido e para o Congresso também. As urnas não nos representam, não representam os brasileiros. O que este Governo está fazendo é uma afronta. Os brasileiros indignados mandaram um recado para a Presidente Dilma. Está aqui. (Exibe documento.) Em Porto Alegre a imprensa registrou que 30 mil participaram da marcha – foi muito mais do que 30 mil –, e posso dizer isso com toda segurança, porque eu participei, estava em cima de um caminhão, com muito orgulho. Essas pessoas tiveram algo que me chamou a atenção: elas se revoltaram contra a estagnação da economia, contra a corrupção. E ficou ali, naquele movimento, evidente, como esperança de todos a exaltação da figura do Juiz Sérgio Moro, que coordena os processos da Operação Lava Jato e cuja atuação, senhores e senhoras, enche de esperança e de confiança um povo cansado de trabalhar e não saber se vai chegar ao fim do mês com a sua família inteira constituída, tamanha a criminalidade que tomou conta e o descaso de todos os Governos com a segurança pública. Eu me impressiono muito com as matérias que eu li, como: Planalto vê atos dentro da normalidade democrática. E aí eu cito aqui uma figura que, quando eu era mais jovem, eu escutava muito, o ex-Governador Collares que tinha o hábito de dizer que quando quatro, cinco pessoas fazem um movimento contra a gente, já é preocupante; imagina, então, o Planalto não ficar preocupado com a quantidade, milhares e milhares de brasileiros que foram à rua se manifestar contra os desmandos, a corrupção, a economia estagnada, a falta de saúde. Para concluir, as faixas e cartazes com referências ao magistrado mostraram bem clara a necessidade de confiança e esperança. Eu, sinceramente, se fosse a Presidente Dilma, eu renunciaria, eu iria para casa, porque,

quando tu tens 7% - acho que está em 7% de credibilidade, de confiança, do que seja -, não podes mais continuar comandando um País. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, está em Pauta um projeto que nós apresentamos, visando à regularização de cães comunitários, tendo em vista que está vindo uma onda de colocar casinhas nas ruas para acolher cães de rua como se fosse o ideal. A nossa preocupação é que esses mesmos animais que estão vulneráveis, que podem sofrer maus-tratos, que podem se tornar agressivos, ficarão em frente às casas, nas praças, e, certamente, haverá aqueles que não compreendem bem os animais e que se incomodarão, ou também pessoas que, tendo esse espaço na rua, tirarão de dentro dos seus pátios para colocar uma casinha em frente ao seu muro, e a gente sabe, pelo número de reclamações, que isso não é bem aceito. Então, eu apresentei esse projeto com base numa população de 37 milhões de cães, aproximadamente, e 20 milhões de gatos, o nosso País está em quarto no ranking mundial, e um crescimento de 5% ao ano, conforme a associação brasileira da indústria para *pets*, levantamento esse ainda de 2013.

Então, o que se busca? A implementação de políticas públicas voltadas ao controle populacional de animais domésticos, que é de suma importância tanto pela qualidade de vida dos animais de rua como também pela saúde pública humana. E também quero trazer ao conhecimento posições do nosso Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, manifestações da corte, dizendo que os municípios têm a competência para cuidar da guarda de animais domésticos abandonados, porque é uma medida sanitária para a promoção da saúde pública. A Constituição Estadual prevê também a competência do Município, e a Constituição Federal ressalta no sentido de exercer o poder de polícia administrativa nas matérias de interesse local, tais como proteção à saúde, aí incluídas a vigilância, a fiscalização sanitárias e proteção ao meio ambiente, também ao sossego e à funcionalidade, bem como dispor sobre as penalidades por infração às leis e regulamentos locais. Então, o nosso projeto objetiva que o animal comunitário deve estar

chipado ou identificado, vacinado, tratado, deve ter o seu responsável e também o cadastro – que cobro muito – municipal de animais, algo que há muito tempo nós concluímos ser a solução para evitar tantos abandonos, mas ainda não tivemos essa conquista.

Voltando a falar sobre o projeto, quero fazer uma manifestação também aqui hoje sobre o Parecer da nossa Procuradoria da Casa, que diz que é inconstitucional e cita um artigo. O que eu analisei desse Parecer? (Lê.) “a) não compreendida da referência da Procuradoria ao ‘art. 59-A da lei’, uma vez que não se encontra tal dispositivo nem na LC 694/12, muito menos neste Projeto de lei Complementar; b) quanto a não previsão de dispositivo que determine prazo para regulamentação da lei, embora possa ter interpretação como ‘imposição de obrigação ao Poder Executivo’ no art. 3º, há de sublinhar-se que o não estabelecimento de prazo pode determinar a ineficácia da lei se aprovada, além do que a própria sanção pelo Prefeito elimina possível violação ao princípio da independência dos poderes, saneando hipotético vício de origem, haja visto que há inúmeros casos semelhantes a este que tramitaram pelas comissões, e tiveram sua aprovação pelo Plenário desta Casa, sendo, posteriormente, sancionados pelo Executivo”.

Na prática quero dizer que a Lei das Carroças foi uma lei também que era inconstitucional, mas que o Prefeito Fogaça, considerando ser algo bom para a Cidade, ser bom para os animais, ter a inclusão social de carrinheiros e carroceiros, resolveu sancionar a lei e regulamentar. E, com base nessa decisão, já que corria uma ação de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, os Desembargadores que votaram a favor da lei, derrubando a ação, entenderam que, se o Prefeito da Capital entende que a lei aprovada era importante para a Cidade, dito pelo próprio Prefeito da Capital na época, não haveria problema do Tribunal aprovar também, derrubando a ação de inconstitucionalidade.

É isso que se quer. Se nós queremos políticas públicas, se estamos encontrando deficiências, se a lei não contempla tudo que se busca... Nós não vamos ficar aqui resgatando animais aqui e ali, porque essa não é a nossa função. Nós somos legisladores e fiscalizadores e também contribuimos para...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para uma Comunicação de Líder.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Continuando, nós queremos, onde há falhas, onde não está contemplado na legislação, implementar políticas públicas para tranquilizar o cidadão, as protetoras, as ONGs, para que não tenhamos tantos problemas na Cidade, para também responsabilizar todo aquele que tem um animal e que acha que pode transferir para terceiros o seu compromisso de cuidar, de pagar as devidas despesas. Também lutamos pela aplicação de leis severas, o que já está previsto em lei municipal contra os abandonos em nossa Cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores, colegas, funcionários desta Casa, povo que nos assiste pela TVCâmara, estamos em período de discussão preliminar de Pauta, diante de vários projetos, sendo três referentes a animais. Um é da Ver.^a Lourdes, que continua no plenário; outro é do colega, companheiro Ver. Rodrigo Maroni, e o terceiro projeto é do Ver. Sabino. Eu gostaria de falar aqui a respeito do Projeto de Resolução nº 030/15, de autoria do meu companheiro de Partido, Ver. João Bosco Vaz, que concede a Comenda Porto do Sol ao jornalista e escritor Renato Nunes Dorneles – conhecido como Renatinho. O Renatinho tem a coluna “Chora Cavaco”, que traz a noite do samba em Porto Alegre. Nós temos dois Renatinhos jornalistas, o Dorneles e o Araújo. O Araújo chegou esta semana da França, ele, além de jornalista, é atleta máster. É importante essa Comenda, Ver. Bosco, a um jornalista que fala, principalmente, a língua da comunidade negra, a língua da comunidade porto-alegrense e rio-grandense no que tange ao samba, à cultura do samba. E aqui vejo o meu querido Porto Alegre, que tem essa história, essa raiz no nosso samba de Porto Alegre. Parabéns, Ver. Bosco, acho que temos que homenagear pessoas que fazem, que têm um trabalho importante, e o Renatinho é um deles. A filha dele fez estágio aqui na Câmara e segue os mesmos passos do pai.

Também comento o PLL nº 140/15, de autoria do grande atleta desta Câmara, um grande atleta do time oposto, que hoje está na frente por alguns pontos, que é o nosso querido

Dinho do Grêmio. Realmente, quem não gostaria de ter o Dinho no seu time? Porque ele é guerreiro, jogava por amor à camiseta. O Dinho concede o Título de Cidadão ao Sr. Romildo Bolzan Júnior, ex-Presidente do meu Partido, ex-Prefeito de Osório e que tem uma trajetória muito bonita, inclusive familiar. O pai dele tem uma história muito bonita dentro da política, e ele também. É só chegar em Osório e ver a história que tem o Romildo dentro daquela cidade, também aqui em Porto Alegre, quando liderou, por alguns anos, o PDT.

Cito o PLL nº 116/15, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que instituiu a Consciência Cidadão nas escolas do Município de Porto Alegre. Isso é muito importante. Eu, quando era adolescente, quando era garoto, ainda tinha no colégio Moral e Cívica, matérias que alguns não gostavam por achar matérias... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...que realmente davam respeito ao cidadão, respeito à Pátria, e, respeitando a Pátria, nós não teríamos algumas coisas que temos visto hoje aí, infelizmente por culpa de alguns políticos; não todos. E esse nós devemos abominar realmente.

Então, há outros projetos a serem comentados, mas é importante frisar alguns projetos que entrarão na Pauta e dizer que, na próxima, nós teremos outros grandes projetos a serem debatidos aqui na nossa Câmara, sempre visando o melhor para a sociedade porto-alegrense. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dinho do Grêmio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DINHO DO GRÊMIO: Primeiro, quero cumprimentar o Presidente Mauro Pinheiro e meus colegas Vereadores e Vereadoras. Quero agradecer as palavras do meu colega Delegado Cleiton. Venho aqui para pedir o voto dos meus colegas para homenagear o Romildo Bolzan, Presidente do Grêmio, que, como o Delegado Cleiton já falou, tem uma importância muito grande na história de Osório, tanto ele quanto a família dele, pelo serviço prestado àquela Cidade e ao Rio Grande do Sul. Romildo Bolzan Júnior é advogado; nasceu no dia 13 de março de 1960, na cidade de Osório, filho de Romildo Bolzan e de Mari Marques Bolzan. Desde muito cedo já tinha envolvimento com o Grêmio.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
077ª Sessão Ordinária 20AGO2015

Foi associado ao clube em 1963, completando hoje 52 anos como sócio. É casado com Vera Lúcia de Vasconcellos Bolzan, com quem tem os filhos Gabriela e Romildo Neto. No Grêmio, Bolzan fez parte do Conselho Deliberativo desde a década de 1990. A partir de 2013, na gestão do Dr. Fábio Koff, passou a ser integrante do Conselho de Administração do Clube como um dos vice-presidentes. Em 18 de outubro de 2014, é eleito o novo Presidente do Grêmio. Toma posse e assume a gestão 2015/2016 em 12 de dezembro de 2014. Diante do mérito da homenagem com a qual desejamos prestigiar esse honrado cidadão, espero contar com os colegas para a aprovação dessa homenagem, que eu acho que será justa. Obrigado a todos. Esperamos ter unanimidade nesse projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h01min.)